

ACÇÕES AFIRMATIVAS E NEGROS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA QUESTÃO PARA TODOS.

Autor: Fernando Resende Nóbrega.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
fernandonobrega@hotmail.com

INTRODUÇÃO

... as sociedades da modernidade são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" - isto é, identidades - para os indivíduos. (Hall, 2005: 55).

Como descrever os tempos atuais? Alguns autores chamam de modernidade, modernidade tardia, outros de pós-modernidade, modernidade líquida e, para finalizar, existem os que dizem que estamos na contemporaneidade. Independente da concepção que admitamos, estamos certos de que vivemos um período em que cada vez mais se multiplicam as questões e há muito mais identificação de possíveis respostas do que a capacidade de formular explicações verdadeiras.

Nesta perspectiva, tendo em vista a lei 10.639/03, emergem inquietações sobre o caminho tomado pelas pesquisas que vem sendo desenvolvidas por pesquisadores negros. Quais os motivos da escolha profissional como atuante na academia? Quais são os temas de suas investigações em nível de mestrado e/ou doutorado? O que despertou seus interesses, as motivações, para chegarem ao foco de estudo em suas pesquisas? Como se percebem em relação a sua cor? O que acham das políticas de ação afirmativas, destacadamente o sistema de cotas em nível universitário? Quem são os pesquisadores negros preocupados com as questões negras? Como as especificidades negras estão presentes em suas subjetividades? Como podemos minimizar as múltiplas desigualdades sociais? Quais as novas configurações de relações que podem ser estabelecidas em meio às nuances do cotidiano? Como acontecem as presenças do existir e resistir dos sujeitos na diáspora da atualidade?

O interesse pelas diversidades são os fios condutores do projeto em que se baseia este artigo, cuja tentativa traduz-se em compreender o sujeito contemporâneo e não, simplesmente situá-lo a partir de estereótipos e enquadramentos. Ademais, compõe a perspectiva deste estudo, aproximar-se do indivíduo inserido em seu contexto social e entender como funciona sua dinâmica, como constrói seus sentidos, compartilhando significados, admitindo que a subjetividade se apresente como um sistema complexo e é produzida ao mesmo tempo no nível social e individual, com vários interferentes.

Enfatizando a relação do *negro* com a Educação, Iolanda de Oliveira (2006) relata que há uma predominância de brancos atuando nas últimas séries do Ensino Fundamental e negros e mestiços, embora seja minoritário na escola, estão presentes nas séries iniciais. Maria Lucia Rodrigues Muller (2008), fala sobre o imaginário social brasileiro, o qual possuía a crença de que a população negra tinha tido acesso à escola nos idos dos anos cinquenta e sessenta do século XX. Ela adverte que de acordo com estudos recente (GREIVE, 2007; FONSECA, 2007; SILVA, 2008) há presença de alunos negros nas escolas de Minas Gerais e Pernambuco, no final do século XVIII e

todo o século XIX. Isto demonstra que o mito é falso e, apesar do período escravista, existia o esforço e marcação da existência dos africanos e seus descendentes com a construção de laços familiares e cuidados com sua prole. Ahyas (2003) afirma que no início do século XXI a exclusão dos afro-brasileiros não é legalmente expressa, ela é atualizada através da inserção precária e subordinada no sistema de ensino, e eles são subalternizados ao grupo racial branco.

... políticas de ação compensatória racialmente definidas ainda que não se constituam como intervenções governamentais suficientemente potente para eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, desempenham o significativo papel de corrigi-las na atualidade, ao promoverem as igualdades de oportunidades e de tratamento, o que certamente concorre para uma democracia de resultados, além de trazerem efeitos imediatos e conseqüentes . (Ahyas, 2003, p 111)

Outra forma de olhar para o negro no que se refere ao preconceito racial está sendo conquistada em nossa sociedade a partir das políticas de ação afirmativa com debates, questionamentos e conquistas. Precisamos incluir no cotidiano das pessoas uma perspectiva que desmascare assimetrias sociais e posicionamentos que foram construídos ao longo da história brasileira. Conforme Kabengele (2006) a discriminação implica em uma ação; por exemplo, a ação de negar a oportunidade de trabalho para o negro.

... existe um abismo que separa negros e brancos no nosso país. Uma das maneiras de superar este problema é o investimento sério em educação, saúde e emprego, beneficiando a população excluída destes direitos sociais. ... pesquisas sobre desigualdades sociais revelam que mesmo dentro da camada mais pobre da população ainda existe um recorte étnico-racial. Entre os pobres, os negros se encontram em situação de maior pobreza e desigualdade. Por isto, para solucionar a conseqüência danosa do racismo na sociedade brasileira as políticas públicas precisam atingir não somente a população pobre, mas também, a população negra e pobre. (Kabengele 2006, p189)

A proposta do artigo é apontar o recorte do estudo no campo do preconceito racial e das políticas de ação afirmativa tendo como foco a entrada no negro na pós-graduação das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro na área das Ciências Humanas e Sociais pertencentes as universidades publicas da Baixada Fluminense. Entender o que pensam os negros que já estão fazendo pesquisas nas universidades; com o que eles estão preocupados como pesquisadores; que temas envolvem seus estudos; quais são as suas crenças. Assim, entender o que estes autores e atores sociais compreendem e como estão atravessados em suas subjetividades no que diz respeito ao preconceito racial, as conquistas do negro e desigualdades históricas.

Desta forma, a partir do momento atual em que percebemos como é desastroso o mito da democracia racial no Brasil e a urgência da elaboração e implementação de

políticas públicas que atinjam os membros desse grupo étnico/racial, analisar as implicações sociais na formação de pesquisadores negros em nossa sociedade se coloca com relevante.

... os negros e negras vivenciam experiências comuns ao longo do ciclo de suas vidas, derivadas do racismo, do preconceito e da discriminação... Esta disparidade não contribui para um país democrático... representa uma perda para toda nação, mesmo para integrantes do grupo discriminador, que se torna limitado no ponto de vista humanitário, cultural e até mesmo econômico. (Paixão, 2006, p 13 -15).

De acordo com Bourdier e Passeron (2008), a cultura e os sistemas simbólicos impõem significados legítimos por meio das instituições totais e das relações familiares e comunitárias, assim o poder quando legitima a ordem vigente torna homogêneo o comportamento social. Os *ethos* refere-se à um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados que contribui para definir, entre coisas, a atitude face ao capital cultural e à instituição escolar. É um sistema de valores transmitidos pela família que diferem conforme as classes sociais. Os *Habitus* são *inculcados* desde a infância no *trabalho pedagógico* realizado pela família e depois pela escola, de modo que as normas de condutas que a sociedade espera sejam internalizadas pelo indivíduo.

Ainda para os autores, toda ação pedagógica tanto familiar, quanto escolar é uma violência simbólica por exercer um *poder arbitrário* que é encharcado de um *arbitrário cultural*. A educação difusa, escolar e institucional trabalha para reprodução das relações de força que são constitutivas das formações sociais.

Garantir a igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica no gozo dos direitos na prática é dever de todos. Ahyas (2009, p 35) descreve que:

“a equidade como mecanismo promotor de justiça e não mais a igualdade, passa a ser a principal demanda dos afro-brasileiros e é na condição de diferentes, porém não desiguais, que eles vão demandar direitos frente ao Estado e a sociedade mais ampla.”

Portanto, torna-se fundamental que se faça uma reflexão mais aprofundada sobre o preconceito e a intolerância para as manifestações da matriz afro-brasileira e, principalmente, no campo de debate sobre o negro e a universidade, abrindo espaço para referências científicas, modelos de pesquisas que dialoguem com o que é velado, misterioso e enigmático no corpo social, evitando o enquadramento e a cristalização de ações que se traduzem em *comportamentos fossilizados*, como nos diria Vygotsky (1988).

... formas fossilizadas de comportamentos são mais facilmente observada nos assim chamados processos psicológicos automatizados ou mecanizados, os quais, dadas as suas origens remotas, estão agora sendo repetidas pela enésima vez e tornaram-se mecanizados. Eles perderam sua aparência original e sua aparência externa nada nos diz sobre a sua natureza interna. Seu caráter automático cria grandes dificuldades para análise psicológica. (Vigotsky, 1998, p. 84).

Subjetividade Social: de que se trata?

(...) os negros e negras vivenciam experiência comuns ao longo do ciclo de suas vidas, derivada do racismo, do preconceito e da discriminação. (...) Esta disparidade não contribui para um país democrático. (...) Representa uma perda para toda nação, mesmo para integrantes do grupo discriminador, que se torna limitado no ponto de vista humanitário, cultural e até mesmo econômico. (PAIXÃO, 2006, p. 13-15).

O termo raça não deve ser entendido como conceito biológico, ela não é uma realidade natural, não estabelece hierarquias naturais entre os seres humanos da mesma forma que características biológicas de um ser humano não determinam características culturais, sociais, psicológicas. As pessoas passaram a crer que existem raças no plural, a branca, a preta, a amarela, a indígena, as quais são utilizadas oficialmente pelo IBGE - órgão oficial. Porém, embora raças não existam cientificamente, elas existem socialmente, e, nesse sentido, podemos dizer que existem raças. Por isso, podemos dizer que negro é raça que é construída socialmente (que inclui pardo, mestiço, afro-descendente, afro-brasileiro.) e não herança genética. Ao mesmo tempo, preto é cor de pele associada ao fenótipo. Identificamos o negro pelo fenótipo e o preconceito negro esta associado ao fenótipo. Reconhecendo a diferença dentro das diferenças, não deve ser tirado o direito dele de se identificar da forma que ele quiser e desejar, ou melhor, da maneira que ele se enxerga a partir de sua subjetividade.

A necessidade do reconhecimento da diversidade é imprescindível e precisamos, cada vez mais, problematizar as certezas e as formas pré-estabelecidas que se encontram no mundo, mais especificamente no campo das ciências. Estamos, a partir dessas questões, propondo a busca da ampliação da consciência e permitindo as discussões de facetas antagônicas, contradições e as surpresas do cotidiano, que podem estar enquadradas em conceituações que são adoecedoras, rígidas e ultrapassadas no sentido de não terem espaços para a transformação e para o diálogo dos saberes, juntamente com a coexistência de diversas percepções necessárias em nossa sociedade.

O Brasil possui uma longa evolução legislativa, culminando com a edição da lei federal 7.716 89, alterada pela lei federal 9.455 97, a qual prevê as condutas penais típicas resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. No entanto,

Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas como o único objetivo assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem de proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduo igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medida não conduzam, em conseqüência, a manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos. (Decreto 65.810, de 8-12-1969. Legislação de Direito Internacional: 382.)

De acordo com Carlos Weis (2006), são raros os grupos humanos discriminados que se mantém isolados, em silêncio, sofrendo as injustiças e demais violências, sem que haja uma denúncia em âmbito internacional e sem que alguma organização reivindique o respeito à dignidade humana e o estabelecimento da justiça social. O autor também afirma que não basta saber quais e quantos são esses direitos (humanos), qual a sua origem e fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim identificar o modo mais seguro para garanti-los e evitar que sejam continuamente violados.

A diversidade, a desordem e o múltiplo sempre estiveram presentes em nossa trama histórica foucautiana, mas o que se precisa modificar é o tratamento, o olhar, o espaço, a percepção, o cuidado e, principalmente, a abertura e a atenção às múltiplas vozes e timbres que há séculos se calaram como as pedras. Mas estão corporificados hoje em sua existência e resistência nas mulheres, nos negros, nos gays, nos povos colonizados, que gritam se opondo hoje à inocência e/ou à onipotência das metanarrativas ortodoxas (as freudianas, as marxistas e outras modalidades iluministas) para se pensar o sujeito e suas especificidades.

(...) uma teoria de subjetividade amarrada de forma de subjetivação ou de estruturas psíquicas universais, pois esta “coisificação” na compreensão do psiquismo é antítese da subjetividade como sistema histórico permanentemente em evolução” (REY, 2003, p. 24)

A subjetividade tende a ser entendida como um aspecto psicológico homogêneo, absoluto, inerente ao sujeito e fruto de sua experiência individual. Desse modo, esta seria uma característica própria de cada indivíduo, não podendo ser modificada ou reconstruída. A concepção de subjetividade sob esse aspecto foi criada com o advento do mundo moderno, do capitalismo e das teorias liberais, que compreendem o homem como um indivíduo livre e produtor de sua própria existência. Assim, há uma supervalorização das experiências individuais, garantindo o caráter da subjetividade como algo pessoal e singular somente.

De encontro a essas idéias, Bock (2001) descreve:

O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundir. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. (2001, p. 22)

Rey (2003) introduz o conceito de subjetividade social na intenção de romper com a idéia de que subjetividade é um fenômeno individual. Dessa forma, define o conceito de subjetividade como um sistema complexo produzido ao mesmo tempo no nível social e individual, em que o indivíduo constitui e, simultaneamente, é constituído por inúmeras interferências, presentes no contexto em que se insere. Assim, os processos sociais também deixam de ser vistos como externos em relação ao indivíduo, ou como blocos determinantes consolidados, passando a compô-lo em sua própria subjetividade. Além disso, os grupos passam a ser entendidos como dotados de uma subjetividade construída e pertencente a eles próprios, advinda da diversidade de subjetividades individuais que os compõem e configurada não como uma mera soma delas, mas fruto da produção desta coletividade.

Vygotsky (2002) propõe um olhar diferenciado para o sujeito e suas relações, o que combina com um rompimento de olhar para a subjetividade como processo individual e com uma ciência tradicional que tinha como modelo de explicações a relação sujeito-objeto. O autor acredita que o desenvolvimento e o aprendizado interferem um no outro. Além disso, definiu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas a partir da interferência de outro sujeito. Segundo Paulo Freire (1987, p 9), “a consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas, e em razão direta, uma é a luz interior para a outra, uma comprometida com a outra”. Essa interdependência, que diz que ninguém se conscientiza separado dos demais, é que nos leva para uma educação como prática da liberdade e respeito pelas diferenças.

Vygotsky (2002) considera que somos dotados de potencialidades e estas devem ser estimuladas nas relações com outros sujeitos, ampliando possibilidades de buscarmos estratégias para resolver situações-problema. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal por ele criado permite visualizar o “lugar” em que é possível ocorrer a interferência do outro e, por extensão, da cultura no processo de desenvolvimento humano. Este conceito traz à tona a importância da relação sujeito-sujeito como um outro modo de pesquisar e compor análises científicas. No que tange a relação dos sujeitos com os objetos ele acrescenta que estes estão disponíveis na cultura e podem ser transformados em instrumentos psicológicos quando apresentam a propriedade de influenciar no funcionamento psíquico da pessoa.

Bhabha (2007) descreve o conceito de hibridismo cultural (culturas) e relata que o “inter” são fios que estão no entre-lugar, o qual traz o significado da cultura. Esse espaço de diversidade cultural nos constitui, somos esse intercâmbio cultural em que

podemos pensar a diferença cultural já sendo a enunciação da cultura conhecível, possível de identificação. Todo problema na interação cultural, seja ele classe, gênero, raça e outros no cotidiano, emerge nas fronteiras das culturas nesse contato em meio à diáspora.

(...) o valor estratégico dos discursos de identidade negra diante do racismo, com suas múltiplas raízes dos diversos níveis da formação social: político, econômico, social, cultural. Ao mesmo tempo, em um movimento que parece paradoxal enfoca sempre o jogo da diferença, a différence, a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade e das identidades diaspóricas em especial. O paradoxo se desfaz quando se entende que identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. (HALL, 2006, p. 15)

Hall (2006) relata que é uma fantasia a identidade unificada porque somos diariamente confrontados com uma multiplicidade de identidades possíveis e que nossa sociedade da modernidade tardia é caracterizada pela diferença; as divisões e os antagonismos produzem diferentes posições de sujeitos, o que ele denomina de identidades para os indivíduos.

(...) mesmo que conheça muito bem os riscos das categorias que vão adquirindo valor heurístico universal, não tenho hoje uma alternativa melhor para me referir às formas de organização da subjetividade social que a de configuração, categoria que tenho utilizado para definir a personalidade como forma de organização da subjetividade individual. Diferentes de outras categorias que têm surgido como universais dentro do pensamento psicológico, a categoria de configuração não se define por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal, sendo que constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual. (REY, 2003, p. 203)

Para Rey (2003), o valor heurístico desta categoria de configuração está na sua enorme flexibilidade. Conceber a relação entre psicologia e política é pensar o sujeito como um ator político e a psicologia como uma “práxis” política e social. Os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais, portanto, têm um momento de expressão no nível individual e um outro no nível social, ambos gerando consequências diferentes, que se integram em dois sistemas da própria tensão recíproca em que coexistem, que são a subjetividade social e a individual.

Precisa-se dessa relação entre as representações e as subjetividades. Há necessidade de reconhecer e olhar para as configurações subjetivas dos espaços sociais assim como na subjetividade individual de seus protagonistas. A realidade não somente pressiona o processo de construção teórica, mas também é um elemento ativo desse processo.

Segundo Rey (2005), a Representação Social significou sem dúvida a criação de uma zona de sentido dentro da psicologia social, possibilitou compreender como o conhecimento social tem natureza simbólica e social. Mas a própria Representação Social vem sendo construída, questionada e refutada em diversos aspectos. Precisamos

entender o sentido subjetivo como unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções, assim como no imaginário sócio-histórico, há uma definição ontológica para a compreensão da psique como produção cultural.

De acordo com Augras (1996), Castoriadis estende a idéia de criação para o campo das instituições e vê também a criação do Sapiens, como algo poético e mítico. Este autor olha a História e a Sociedade por humanas formas que expressam a construção simbólica do mundo e revelam fundante e atuante o imaginário. Um ser que cria, que é fonte de alteridade, pode alterar a si mesmo.

Assim, Castoriadis possui no seu imaginário radical, uma proposta mais real e ambiciosa que Durand, que não somente de situar o imaginário em sua dimensão antropológica, mais de aprofundar em nível ontológico, sobre as raízes da criação. Nessa perspectiva, não privilegia nenhuma instância do sujeito, pois toda criação do homem, história, sociedade, indivíduo é igualmente reveladora do imaginário. Ele relata que a vertente psíquica e sócio-histórica são modalidades humanas e são construídas pela dimensão simbólica.

Quando pensamos neste espaço da formação da subjetividade individual em meio a múltiplas identidades (HALL, 2006) e identidades híbridas (BHABHA, 2007), permite-se não estruturá-la de maneira organizada. Rey (2005) relata que não é ordenado e definido de uma vez por todas, é a definição de sentido subjetivo que pode aparecer de formas diversas e em contextos diferentes dependendo do jogos comprometidos na situação. A personalidade é um sistema dinâmico de sentido; por isso, é importante pensar em configurações flexíveis que representem núcleos de sentidos dinâmicos com elevada variabilidade. O estudo da personalidade dos sujeitos, nessa perspectiva, é uma oportunidade de descobrir complexas redes definidas a partir da subjetividade social.

Algumas Considerações

(...) Johnson afirmou enfaticamente não se pode pegar uma pessoa que, durante anos, permaneceu acorrentada, libertá-la e trazê-la a linha de partida de corrida e depois afirmar “você esta livre para competir com os outros” e ainda acreditar que esta agindo com justiça. (AHYAS, 2003, p. 113)

Vendo-me como pesquisador branco empenhado em estudar as questões negras, automaticamente venho me fazendo perguntas diversas sobre quem são os pesquisadores que estão estudando temas ligados ao negro e suas especificidades, e quais os pesquisadores negros e seus temas de estudos. O que mudou quanto às reparações étnico-raciais na visão dos pesquisadores negros, a partir das ações afirmativas na atualidade? Quem são os pesquisadores preocupados com as questões negras? O que os pesquisadores negros estão interessados em pesquisar? Como se configuram em suas subjetividades a respeito da especificidade negra? Como os pesquisadores se denominam no que diz respeito a sua cor?

Sou um pesquisador de mestrado de cor branca atravessado pelas questões negras, mesmo sem nunca ter sofrido o preconceito racial devido à minha cor. No imaginário sócio-histórico, somos negros, de maneira nenhuma confundindo com a retrógrada idéia de mestiçagem e do mito de democracia racial e sim de uma perspectiva

de nossa constituição sócio-histórica que é criativa, múltipla e sincrética. Porém, em relação às desigualdades étnico-raciais e ao preconceito racial, sou de cor branca, pois não sofro preconceito racial.

Hoje vivemos um tempo de desigualdades sociais cada vez maiores e uma necessidade emergencial de despertar valores humanos numa sociedade em que a identidade está em jogo nas lutas sociais; mas, ao mesmo tempo, temos a coexistência desse derretimento dos conceitos rígidos, congelados, endurecidos. Por exemplo, a possibilidade de realizar uma passagem de identidade para identidades; de cultura para culturas do sujeito; de maneira especial, a possibilidade de se pensar uma subjetividade social sem determinantes individuais ou sociais. A concepção de homem histórico e multidimensional precisa fazer parte da atuação do profissional. Ações individuais nunca darão conta da complexidade que envolve o processo de desigualdades étnico-raciais. Estas são concepções construídas historicamente: o sujeito é, ao mesmo tempo, produto e produtor dessas questões que envolvem o social, o político e o subjetivo.

Referências Bibliográficas

- AUGRAS, MONIQUE. **Alteridade e dominação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 1995.
- _____. **Mil janelas: teóricos do imaginário**. Texto. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.
- BRASIL. **Art. 5º, VI da CF/88. Códigos Civil, Comercial, Processual Civil Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Decreto 65.810, de 8-12-1969. Legislação de Direito Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BHABHA, HOMI. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOCK, ANA M BAHIA. **A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. In: BOCK, ANA M. BAHIA, GONÇALVES, M. GRAÇA M., FURTADO, ODAIR (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-35.
- CADERNOS NEPRE**. N. 04 (jul-dez 2006), Cuiaba: EDUFMT, 2007.
- GONÇALVES, MARIA DA GRAÇA MARCHINA. **A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: a historicidade como noção básica**. In: BOCK, ANA M. BAHIA, GONÇALVES, M. GRAÇA, M. FURTADO, ODAIR (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 37-52.
- HALL, STUART. **Da Diáspora - identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006
- MUNANGA, KABENGELE. **O negro no Brasil de hoje**. Sao Paulo: Global, 2006.
- MULLER, MARIA LUCIA RODRIGUES. **A cor da escola: imagens da primeira republica**. Cuiaba: EDUFMT, 2008.
- OLIVEIRA, IOLANDA. **Cor e Magisterio**. Rio de Janeiro: Quartet; Niteroi: EDUFF, 2006.
- PAIXAO, MARCELO. **Manifesto Anti-Racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- REY, FERNANDO GONZÁLES. **Epistemología Cualitativa y Subjetividad**. La Habana: Pueblo y Educación, 1997.
- _____. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCACAO. Numero 34 (jan-abr. 2007, v.12) , Rio de Janeiro: Anped, 2007.

SIS, AHYAS, MONTEIRO, ALOISIO. **Educação, cultura e relações interétnicas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

SIS, AHYAS; OLIVEIRA, IOLANDA. **Cadernos Penesb: população negra e educação escolar**, Rio de Janeiro, Quartet: EDUFF, 2006.

SIS, AHYAS (org). **Diversidade Étnico-Racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção**. Rio de Janeiro, Quartet; Rio de Janeiro: Edur/UFRRJ, 2008.

_____. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razoes históricas**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESP, 2003.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente; o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEIS, CARLOS. **Direitos Humanos Contemporâneos**. Malheiros, 2006.